O ENSINO DE HISTÓRIA COMO LUGAR PRIVILEGIADO PARA O ESTABELECIMENTO DE UM NOVO DIÁLOGO COM A CULTURA INDÍGENA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS DE NÍVEL BÁSICO

Edson Machado de Brito*

RESUMO: O artigo analisa as possibilidades de inovação no diálogo do ensino de história com a cultura indígena nas escolas brasileiras, tanto nas escolas indígenas quanto nas escolas não-índígenas. No bojo do debate aparecerão as tensões sociais que historicamente atravessam as relações entre a escola e a cultura indígena, bem como as questões sociais enfrentadas pelos povos indígenas brasileiros ao longo dos 509 de contato com os não-índios. O estudo centrará as suas análises em duas direções: nas transformações que a escola indígena vem experimentando nas últimas duas décadas e nas políticas públicas voltadas para o ensino da história e cultura indígena nas escolas brasileiras de nível básico, em conformidade com a lei 11.645/08. Em ambos os casos, as análises recorrerão ao ensino de história como articulador de uma proposta curricular voltada para produção de um conhecimento que tenha em vista a valorização e o respeito a cultura indígena.

PALAVRAS-CHAVE: escola indígena; ensino de história; tolerância cultural.

ABSTRACT: The article analyzes the possibilities of innovation in the dialogue of history teaching with the indigenous culture in Brazilian sc hools, both in indigenous and non-indigenous schools. In the midst of the debate appear social tensions that have historically crossed relations between the school and the indigenous culture, as well as the social issues faced by Brazilian indigenous peoples over the 509 years of contact with non-Indians. The study will focus its analysis on two directions: changes that the indigenous school has experienced over the last two decades and the public policies for history and indigenous culturet eaching in Brazilian schools of primary level, in accordance with the Law 11.645/08. In both cases, the analysis will resort to history teaching as a curriculum proposal articulator aimed to produce a knowledge designed to valorize and respect indigenous culture.

KEYWORDS: indigenous school; history teaching; cultural tolerance.

* É indígena do povo Kaiapó e doutorando no Programa Pós-graduado em Educação: História, Política, Sociedade, na Pontifícia Universidade de São Paulo, onde pesquisa a educação escolar entre os Karipuna da aldeia do Espírito Santo, estado do Amapá, com financiamento do CNPq. E-mail: ebprof13@bol.com.br.

Ao longo do processo histórico de formação do Brasil, nós, índios, fomos vestidos com todas as roupas da discriminação e desrespeito. Tentaram sufocar nossa cultura, mas, ela resistiu na copa das árvores da densa floresta de nossos corações. Tentaram tirar nossas terras, procuramos outras, pois em cada lugar onde montamos nossa oca, este lugar passa a nos pertencer e nós pertencemos àquele lugar; porque cuidamos e somos cuidados. Tentaram nos fazer não-índios, nos mascarando com sonhos sem alma, porém, a tradição dos sons da floresta, do canto dos pássaros, do murmúrio do rio, não se acaba tão fácil assim.

Carlos Thiago - povo Sateré-Mawé/AM

Passados mais de quinhentos anos do início da ocupação colonizadora portuguesa no Brasil, a resistência indígena se apresenta fortalecida, marcada por urna diversidade cultural que mantém tradições num movimento dinâmico de incorporação de novos hábitos que inovam, transformam e ressignificam a cultura desses povos. Entre os elementos culturais incorporados e ressignificados pelos povos indígenas está a escola, que numa contradição histórica vem superando o ideal integrador e "civilizador" de outrora para se transformar numa demanda necessária à valorização da cultura e à emancipação desses povos.

O debate aqui proposto analisará as potencialidades e os limites do estudo e do ensino da história brasileira como base auxiliar para se repensar e reestruturar a educação escolar indígena, na perspectiva da educação escolar diferenciada, bilingue e intercultural, e o ensino da história e cultura indígena nas escolas brasileiras (não-indígenas) de nível básico, em conformidade com a lei 11.645/08[1]. Portanto, a discussão tratará a relação da escola com a cultura indígena em dois âmbitos da ação da instituição escolar: as escolas indígenas e as escolas não-indígenas. O ensino da história será

[1] A lei 11.645/08 estabelece a obrigatoriedade do ensino e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de nível básico, pública e privadas. No entanto, para efeito das análises realizadas neste artigo, a referência será feita apenas à temática indígena nas escolas.

analisado como ponto de partida para viabilizar a proposta escolar reivindicada pelos povos indígenas, e como instrumento pedagógico para promover o respeito à diferença e o combate à discriminação histórica contra os povos indígenas, discriminação que está presente na própria história ensinada nas escolas não-indígenas, por exemplo.

Refletindo sobre a educação escolar historicamente promovida pelo estado brasileiro para os povos indígenas, Francisca Pareci de Angelo[2] considera que o retorno ao passado deixa claro que a política educacional criada para esses povos tinha a finalidade de catequizar e "civilizar". A autora conclui que durante séculos esse modelo de escola provocou "perdas irreparáveis" como o desaparecimento de centenas de línguas e povos indígenas, e o estabelecimento de uma generalização dos povos indígenas como se todos fossem uma unidade homogenea. Retratando a mesma temática, Darlene Taukane (1997, p. 111) considera que:

> A ótica etnocêntrica dos colonizadores e catequizadores não admite que no contexto social dos povos indígenas exista educação [...]. A educação escolar indígena sempre foi perpassada, portanto, pelo preconceito e por interesses outros que não os nossos.

Num outro ponto, observa-se que nas escolas-não indígenas, os povos indígenas são retratados corno a expressão do folclore nacional ou como elementos presos a um passado longínquo da história brasileira. São lembrados nas aulas do período colonial e eventualmente em outros momentos da história nacional ou nas manifestações do dia 19 de abril, quando as crianças saem da escola com os rostos pintados ou com uma pena de cartolina presa à cabeça. Nesta perspectiva a cultura dos povos indígenas está condenada à extinção e o tempo presente não pertence a eles.

A escola, nas duas dimensões (indígena e não-indígena) reproduz preconceitos semelhantes, generalizando e banalizando culturas milenares, vivas e reativas que se situam no presente com forte poder transformador e antropofágico, no sentido oswaldiano do termo.

Numa perspectiva mais otimista, a escola pode ser pensada como uma instituição ambígua e contraditória que, no caso da cultura indígena, pode tanto solapar as tradições desses povos como pode promover o seu fortalecimento. A esse respeito, Bittencourt (1994, p. 106) esclarece que:

[2] ÂNGELO, Francisca N. P. de. Políticas educacionais com os povos indígenas. In: RAMOS, Marize N. et alii (orgs.). *Diversidade na educação*: reflexões e experiências. Brasília: MEC, 2003. p. 111-121.

> A escola pode servir como elemento que favorece e acelera a perda da cultura anterior, mas ela pode também servir para ampliar suas formas culturais de comunicação, situação que ocorre principalmente quando se desenvolve a alfabetização bilíngue.

Tal entendimento é compartilhado por Rosa Helena da Silva (1997, p. 51), quando afirma que:

> Nosso entendimento é que a escola, um dos principais instrumentos usados durante a história do contato para descaracterizar e destruir as culturas indígenas, possa vir a ser hoje um instrumento decisivo na construção e afirmação das identidades.

Abordagem histórica proposta neste artigo analisará as tensões sociais presentes no interior da escola, no entanto, adotará a premissa de que a escola não apenas reproduz interesses dos grupos dominantes, mas também pode se transformar num instrumento de resistência e de valorização da cultura indígena, entendida na sua diversidade de povos.

O ENSINO DE HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

As análises adotadas neste artigo compreendem que as lentas mudanças que ocorrem no interior das escolas indígenas, visualizando uma escola diferenciada, bilíngue e intercultural, que valoriza as tradições desses povos, é uma conquista histórica cujos atores principais são os próprios indígenas que têm atuado no campo da resistência cultural ao longo de mais de cinco séculos de contato com os não-índios. A esse respeito, é bastante significativo o depoimento do líder indígena Álvaro Tukano, um dos pioneiros do movimento indígena brasileiro unificado, que declarou que as atuais políticas educacionais que valorizam a cultura indígena são:

> [...] fruto da resistência de grandes lideranças tradicionais que sempre defenderam as tradições milenares que eram praticadas pelos curandeiros, ervateiros, músicos, dançarinos, geógrafos, guerreiros, caçadores, pescadores e historiadores que por aqui viveram muitos anos antes do nascimento de Cristo. É claro que os colonizadores não perceberam que os povos indígenas amavam a liberdade de expressão, economia familiar sólida e que não precisava devastar madeira e saquear as riquezas minerais para viver bem. Hoje, estamos dirigindo como lideranças tradicionais em nossas aldeias para manter as nossas tradições, educação, economia, meio ambiente e continuamos sendo os detentores dos conhecimentos sobre a biodiversidade e das riquezas

> minerais. Continuamos falando as nossas línguas *e* educando os nossos filhos para defender o rneio ambiente. Portanto, os povos indígenas do Brasil prestam grandes serviços às sociedades nacional e internacional que têm medo de morrer queimada e/ou afogada, e etc. [...].[3]

Portanto, na concepção de Álvaro Tukano, está em marcha um projeto de educação escola dos povos indígenas cujas raízes estão vinculadas aos antepassados desses povos. A escola indígena diferenciada, bilingue e intercultural não é apenas um demarcador que distingue a escola indígena da escola não-indígena; é, sobretudo, um projeto de escola que não admite um modelo uniforme de educação escolar para todos os povos indígenas. O debate parte do princípio de que a escola que servia ao trabalho de "civilizar" e catequizar os indígenas deverá ser superada por uma educação escola que respeite a diversidade cultural e as tradições desses povos, sendo construída a partir dos interesses coletivos, com ampla participação dessas populações nas tornadas de decisões e na gestão das escolas. Para ser efetiva, a escola indígena deve ter autonomia administrativa e financeira, ou como afirma Francisca Pareci Ângelo, a verdadeira educação escola indígena é aquela elaborada e gerenciada pelos povos indígenas[4]. Em outras palavras outras palvras, a educação escolar indígena é diferenciada em relação à escola não-indígena, é bilingue porque o apredizado ocorre na língua indígena de cada povo e na língua potuguesa brasileira, e é intercultural porque estabelece o diálogo entre a cultura dos povos indígenas com a sociedade nacional e com o conhecimento universal.

Feitas as considerações acima, o debate se voltará para a especificidade do estudo e do ensino de história nas escolas indígenas, concebendo-os como espaços privilegiados na produção de um currículo escolar voltado para o diálogo entre os saberes indígenas, a ciência e os demais campos do conhecimento, com vistas a criar um projeto de educação escolar indígena que valorize as tradições dos povos indígenas, respeitando a diversidade cultural desses povos. Para tanto, é necessário que professores, alunos e demais agentes dessas escolas problematizem e se apropriem do conhecimento histórico, tornando-se produtores e protagonistas desse conheci-

[3] Álvaro Tukano é liderança do povo Tukano, do estado do Amazonas. A declaração citada foi proferida na rede virtual de debate do Núcleo de Escritores e Artistas Indígenas (NEARIN), em outubro de 2009.

[4] ÂNGELO, Francisca N. P. de. Políticas educacionais com os povos indígenas. In: RAMOS, Marize N. *et alli* (orgs.). *Diversidade na educação*: reflexões e experiências. Brasília: MEC, 2003.

mento. Bittencourt considera que: "Ao se introduzir os estudos de história para as sociedades indígenas, surge obrigatoriamente a questão das formas de relação estabelecidas com os brancos e que têm sido marcadas, na maioria das vezes, por conflitos e violência"[5]. A autora prossegue sugerindo procedimentos para a construção de uma proposta de estudo da história nas escolas indígenas, sendo necessária, antes de tudo, a exaustiva investigação da realidade social do povo a quem a proposta se destina. Deve ser privilegiado a compreensão da história local e da sua relação com o conjunto dos povos indígenas de outros municípios, de outros estados da federação e de outros países, e a relação deles com o projeto colonizador cristão ocidental levado à cabo no Brasil, e suas implicações na cultura indígena. No debate aparecerão as tensões sociais, a questão da identidade cultura e das diferenças em relação ao outro, o binômio tolerância/intolerância cultural, as relações econômicas no passado e no presente, entre outros elementos de análise.

O estudo da história, nesta perspectiva, abarcará também as noções de tempo, espaço, meio ambiente, terra, saúde e outras temáticas complementares que se desdobram em conceitos e problemáticas sócio-ambientais intimamente relacionadas ao cotidiano indígena. Pensado dessa maneira, o estudo e o ensino da história pode aglutinar os diversos campos do conhecimento numa perspectiva pedagógica multidisciplinar, rompendo com o modelo de ensino disciplinar que compartimenta a ciência e isola os campos de conhecimento.

Numa abordagem complementar, analisando os debates em torno da educação escolar indígenas atualmente, Macedo & Farage observam que "tornou-se evidente que não há uma história do Brasil, mas inúmeras histórias do Brasil, que ainda estão por contar" (MACEDO; FARAGE, 2001, p. 194.). No caso específico das histórias dos povos indígenas, que quase sempre não têm registros escritos e estão ocultadas pela história oficial, o ensino de história pode colaborar nessa construção, tendo os próprios indígenas como protagonista dessas atividades, através de um trabalho pedagógico de reconstituição das memórias locais, envolvendo alunos, professores e a comunidade indígena em geral. As mesmas autoras sugerem que:

> [...] lembrar, produzir a memória do passado é criá-lo a partir do presente. [...] É preciso compreender que todas as formas de memória são igualmente válidas e referem-se a projetos históricos de cada povo, que o

[5] BITTENCOURT, Circe Maria F. O ensino de história para as populações indígenas. *Em aberto,* Brasília, ano 14, n. 63, p. 105-115, jul./set. 1994.

> professor deverá conhecer e utilizar na sua ação pedagógica. (MACEDO; FARAGE, 2001, p. 194.)

A despeito da questão acima anunciada, vários povos indígenas estão mobilizando esforços para a produção de vídeos e documentários retratando o cotidiano das aldeias, em que velhos, velhas, pajés e lideranças indígenas são entrevistados ou são solicitados para deporem sobre as histórias de seu povo, da sua comunidade, a exemplos dos Xavante, Terena e Kaxinawa. É uma maneira de estabelecer o diálogodo presente com o passado, ressingnificando e revigorando as tradições para repassá-las às novas gerações. O material produzido como atividade pedagógica é utilizado pela própria comunidade escolar, em que as crianças e adolescentes assistem os documentários e debatem sobre a sua cultura. Esse é um exercício pedagógico muito criativo e promissor na valorização das tradições indígenas, que pode ser incorporado pelo ensino de história.

Esta proposta coloca em evidência outro aspecto não menos importante do projeto de construção da educação escolar indígena diferenciada, que é a valorização da oralidade enquanto forma de transmissão de conhecimentos por excelência na cultura indígena.

Em outro artigo, Ana Vera Macedo (2001, p. 149-160) propõe para o ensino de história nas escolas indígenas, a execução de atividades pedagógicas diversificadas, como dramatização de um momento histórico relatado em depoimento de membros da comunidade indígenas; a comparação de mapas históricos problematizando a questão das terras indígenas no Brasil desde o início do projeto de colonização portuguesa aos dias atuais e a leitura e reflexão sobre osrelatos de cronista e viajantes que estiveram no Brasil desde século XVI descrevendo os espaços naturais e as populações indígenas locais.

Outra atividade pedagógica criativa é o trabalho com livros didáticos de história. De um lado é possível e necessário desmontar os dispositivos ideológicos que geram os preconceitos contra os povos indígenas, contidos no interior dos livros didáticos, e esse é um exercício simples, pois a maioria desses manuais está repleta de preconceitos evidentes, equívocos grosseiros, generalizações e uma completa falta de informações precisas sobre os povos indígenas. Por outro lado, é possível dialogar com uma bibliografia coerente, que aborde a temática indígena com seriedade, competência e responsabilidade. Sobre esse aspecto, Grupioni apresenta uma ampla referência bibliográfica denominada de "Biblioteca mínima sobre as sociedades indígenas no Brasil", sobre a qual o autor escreve: "Trata-se de

uma seleção de livros indicados no trabalho *Por* onde começar uma pesquisa sobre índios? Roteiro bibliográfico" (GRUPIONI, 1998, p. 493).

As atividades pedagógicas anteriormente apresentada são alternativas que já foram realizadas em experiências de implantação da educação escolar indígena diferenciada, bilingue e intercultural, obtendo resultados positivos na produção de conhecimentos que integram os saberes indígenas corn os demais conhecimentos escolares.

Aqui, é necessário pontuar que a escola indígena difrenciada, bilingue e intercultural não pressupõe apenas o ensino dos saberes indígenas isoladamente, em detrimento dos demais conhecimentos escolares. Cada vez fica mais claro que os povos indígenas têm interesse numa escola que alie as tradições indígenas de cada povo aos conhecimentos científicos, para que estejam preparados na defesa dos seus direitos e para entender corn profundidade o mundo dos não-índios e intervir nele. Essa concepção de educação escolar indígena esteve presente nos debates das Conferências Regionais de Educação Escolar Indígena e na I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, realizadas entre dezembro de 2008 e novembro de 2009, assim como pode ser verificada no depoimento do líder Karipuna do Amapá, Fernando Forte, quando afirma que a educação escolar que os Karipuna daquela localidade almejam "não se restringe àobservação dos animais e da floresta". Para além disso, o líder Karipuna compreende que é necessário que as crianças e jovens daquele povo se apossem dos conhecimentos da escola tradicional, superando-os no diálogo com os saberes Karipuna, em favor do fortalecimento da tradições locais e da conquista da autonomia daquele povo.

A escola indígena diferenciada, bilingue e intercultural não está a serviço do separatismo ou do confronto dos indígenas com a sociedade brasileira, mas como coloca Mindlin (1994, p. 235),

> O ponto de partida para todo o conteúdo a ser ensinado aos Indios é a cultura indígena [...]. Com essa segurança de serem sujeitos de uma cultura milenar, à qual estão visceralmente ligados mesmo quando não o percebem bem, fica mais fácil o aprendizado de conhecimentos sobre a sociedade brasileira, em currículum semelhante ao das outras escolas - mas voltado também para o exercício da cidadania dos povos indígenas do Brasil, em igualdade de oportunidade com os outros brasileiros, buscando melhores condições para a defesa de suas terras, de seus direitos e interesses, de sua sobrevivência econômica.

Diante do quadro exposto, fica evidente que o estudo e o ensino de história nas escolas indígenas podem contribuir definitivamente para a cons-

trução de um conhecimento e de uma escola que tenha como objetivos centrais o respeito às tradições indígenas e à diversidade cultural desses povos, contribuindo para a conquista da autonomia. Vale referendar que o conceito de tradição aqui proposto é entendido como valores culturais em movimento, que se transformam e se recompõe em meio às tensões e transformações sociais.

O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS DE NÍVEL BÁSICO

A viabilização do ensino da história e cultura indígena nas escolas brasileiras de nível básico, como determina a lei 11.645/08, é um esforço de reconhecimento e valorização da diversidade cultural indígena, e é também uma maneira de realizar o diálogo da cultura dos povos indígenas com a cultura nacional não-indígena, possibilitando aos não-índios o acesso aos saberes milenares desses povos.

Numa outra perspectiva, as ações da referida lei podem provocar o debate sobre a necessidade da revisão da história nacional brasileira, eliminando preconceitos e equívocos produzidos historicamente na academia, nos livros didáticos e nas salas de aula contras os povos indígenas. Tal esforço pode colaborar para quebrar o silêncio e as lacunas em branco deixadas pelo ensino da história do Brasil e pelas pesquisas acadêmicas, dando audibilidade e visibilidade aos povos indígenas, demonstrando que suas histórias e culturas são contemporâneas e que estão vivas e se relacionam com os tempos passado e passado, num movimento tenso e dinâmico que pressupõe a perda, manutenção e mudança nas tradições desses povos em contato com a cultura não-indígena.

A lei 11.645/08 representa a força da resistência indígena e o esforço de setores democráticos da sociedade brasileira em favor do reconhecimento do direito dos povos indígenas enquanto povos diferenciados, que participam da comunidade nacional, mas que mantém estreitos laços históricos com os povos que ocupavam as terras atualmente denominadas de Brasil, antes da chegada dos colonizadores portugueses. Aceitar essa situação histórica é respeitar a diversidade cultural expressa por mais de 180 línguas indígenas faladas atualmente no território brasileiro, por exemplo.

Como já observado anteriormente, o ensino da história oficial brasileira comumente se remete a um debate superficial e generalizante sobre a cultura dos povos indígenas. Além disso, como demonstram Silva e Grupioni

(1995, p. 15-23), os povos indígenas aparecem nas escolas brasileiras como portadores de culturas presas ao passado, sem correspondência no mundo contemporâneo. Frequentemente o tupi aparece como a única língua indígena falada e tupã e Jaci aparece como os deuses de todos os povos, o que não significa absolutamente a realidade desses povos.

Por muitas vezes enfatiza-se apenas a história das derrotas, das perdas e de um pretenso extermínio dos povos indígenas, escondendo-se as lutas e estratégias de resistência historicamente construídas. Privilegia-se o ensino de uma visão romântica e folclórica, em que os indígenas são sujeitos condenados não apenas ao passado, mas também à pobreza, à preguiça, ao isolamento e a uma pretensa inferioridade biológica e cultural. Em última instância, os povos indígenas são apresentados como inimigos do progresso nacional (BANDEIRA, 1997, p. 35-48), entre outros motivos por estarem situados em terras ricas em recursos naturais que não podem ser explorados pelos empreendimentos mineradores e madeireiros.

Avançando em direção a uma nova postura pedagógica, o ensino de história pode trabalhar como uma noção de história que reconheça as histórias dos povos indígenas e a sua presença na contemporaneidade nacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece no artigo 26 que: "O ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e européia (BRASIL, 1996).

A respeito das contribuições dos povos indígenas à cultura brasileira, Berta Ribeiro (1995, p. 197-216) assinala que os povos indígenas são detentores de saberes utilizados, mas ainda pouco conhecidos pelos não-índios. São saberes que passam pelo campo da etnobotânica, etnozoológia, manejos florestais, práticas agrícolas e medicinais que convivem com a prática social de respeito ao outro e ao meio. São conhecimentos milenares que podem contribuir com a reflexão sobre o mundo moderno e suas conseqüências para a humanidade.

O ensino de história pode contribuir de forma efetiva para a constatação da existência atual "[...] de índios de carne e osso, não mais idealizados como personagens de ficção romântica do passado" (BANDEIRA, 1997, p. 42.). Do ponto de vista pedagógico, como sugere Grupioni (1998, p. 492), "[...] o caminho é rever os nossos conhecimentos, perceber nossas deficiências, buscar novas formas e novas fontes de saber". A crítica à visão eurocêntrica da história brasileira e aos livros didáticos são necessidades imprescindíveis, sendo fundamental a pesquisa que produza novos co-

nhecimentos sobre a temática. O professor de história deve buscar novos subsídios e recursos pedagógicos, tanto nas produções acadêmicas críticas, quanto em outros espaços e instituições que lidam com a questão indígena. Analisando a problemática, Rosa Helena Silva (1997, p. 56) propõe que:

> Através de informações amplas e corretas sobre os diferentes povos e culturas que contribuem para a formação da sociedade brasileira, as crianças poderão entender a importância da diversidade e formar uma postura de cidadania, onde a pluralidade é um valor. Com certeza, todo esse processo ajudará na superação real dos preconceitos e discriminações.

É importante ressaltar que as mudanças necessárias ao ensino da história e cultura indígena nas escolas não-indígenas serão efetivas somente através da formação dos professores, o que pressupõe que a realização de pesquisas bibliográficas é apenas uma das atividades urgentes. O Estado, em parceria com instituições privadas e Organizações Não Governamentais (ONG's), deverá promover cursos de formação dos professores da rede de educação básica, sendo que tal formação não poderá prescindir da participação de grupos indígenas entre os formadores. Ninguém poderá falar pelos indígenas sobre a diversidade de seus povos, sobre os significados objetivos dessa diversidade, sobre as suas dificuldades e limites no relacionamento com os não-índios. Enfim, as "outras histórias" que a historiografia e o ensino de história têm omitido poderão ser contadas e ensinadas por seus legítimos representantes, os indígenas.

A operacionalização das atividades pedagógicas voltadas para o ensino da história e cultura dos povos indígenas nas escolas não-indígenas poderá ocorrer através de exercícios diversificados. Apenas para exemplificar, os professores poderão realizar com seus alunos reflexões sobre os preconceitos e omissões sobre os povos indígenas, expressos em livros didáticos utilizados pela própria escola em que estão alocados, assim como podem recorrer a noticiários veiculados na grande imprensa sobre a temática indígena, observando as contradições, as tensões sociais e as tendências políticas em conflito no bojo do debate.

Outro exercício válido é o trabalho com a literatura infanto-juvenil produzida pelos próprios indígenas[6]. Atualmente um número significativo de indígenas escreve e publica histórias, mitos de origem, experiências de vidas e outros aspectos da cultura de seus povos. É a oportunidade de

[6] Escritores e artistas indígenas de povos diversos criaram o Núcleo de Escritores e Artistas indígenas (NEARIN), com o objetivo de difundir as histórias e a sabedoria dos seus povos.

contato com outro olhar sobre a cultura indígena, contada a partir dos protagonistas dessas histórias.

A internet é outro instrumento de pesquisa que pode auxiliar na organização das atividades pedagógicas para o ensino da história e cultura indígena, visando o respeito à diversidade cultural. Uma busca na rede Internet, por exemplo, dá acesso a centenas de vídeos, filmes e documentários produzidos por indígenas e por não-indígenas sobre a cultura desses povos. Centenas de páginas eletrônicas e sítios virtuais trazem informações responsáveis e sérias sobre a temática, porém, as pesquisas na *rede* devem seguir um critério seletivo rigoroso, pois muitas informações disponíveis reproduzem preconceitos deliberadamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do estado nacional brasileiro produziu uma unidade nacional que cerceia o direito à diferença, que não admite a expressão dos povos indígenas com suas tradições diversas e milenares. Daí a produção de um modelo de educação escolar voltado para o "abrasileiramento" desses povos, o que resultou historicamente um atentado contra as suas tradições e formas de expressão.

Nas escolas não-indígenas, vê-se um movimento semelhante, que é o de silenciar a história e a cultura dos povos indígenas, homogeneizando culturas muito distintas.

Atualmente, observa-se um movimento de reativo contra os preconceitos aos povos indígenas, especialmente nos meios educacionais. A tentativa de construção da escola indígena diferenciada, bilíngue e intercultural e a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas nas escolas brasileiras de nível básico (Lei 11.645/08) é o começo de um repensar a importância da cultura indígena na formação da sociedade brasileira.

No entanto, os esforços desse repensar a presença dos povos indígenas no Brasil esbarram em limites profundos, entre eles, a lentidão e o reduzido interesse político pela efetivação da escola indígena diferenciada, bilíngüe e intercultural e da lei 11.645/08. A precariedade das escolas (péssimas condições da infra-estrutura, falta de recursos financeiros e humanos, entre outros) e a ausência de uma política de formação dos professores comprometem a boa vontade dos próprios educadores comprometidos com tais mudanças e mantêm a reprodução de preconceitos contra os povos indígenas.

Um claro exemplo das dificuldades enfrentadas pode ser observado nas ações políticas realizadas no contexto das Conferências Regionais de Educação Indígena e da I Conferência Nacional de Educação Indígena, ambas ocorridas entre dezembro de 2008 e novembro de 2009. Quando o governo federal anunciou a realização dessas conferências, ficou estabelecido que um dos principais objetivos era discutir e criar o modelo de escola indígena demandada pelos próprios indígenas nas Conferências. No entanto, no meio do percurso, o governo federal baixou o Decreto 6.861/2009 estabelecendo arbitrariamente um modelo de escola que não representa a decisão coletiva. Mais uma vez as decisões vieram do alto para baixo, reproduzindo a velha receita autoritária do Estado se relacionar com a questão indígena no país.

Tanto a escola indígena diferenciada, bilíngüe e intercultural, quanto a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas nas escolas brasileiras de nível básico são debates recentes na história nacional. Portanto, a efetivação de tais políticas está em construção ainda incipiente e há um longo caminho a ser trilhado em busca de uma educação escolar brasileira que promova a tolerância e o respeito a diversidade cultural. Certamente que o estudo e o ensino de história tem um papel relevante na produção dessa nova realidade escolar no país.

*A*rtigo recebido em 30 de setembro de 2009.
Aprovado em 25 de outubro de 2009.

REFERÊNCIAS

ÂNGELO, Francisca N. P. de. Políticas educacionais com os povos indígenas. In: RAMOS, Marize N. et alii (orgs.). *Diversidade na educação*: reflexões e experiências. Brasília: MEC, 2003.

BANDEIRA, Maria de L. Formação de professores índios: limites e possibilidades. In: CONSELHO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. *Urucum, genipapo e giz*. Cuiabá: Entrelinhas, 1997.

BITTENCOURT, Circe Maria F. O ensino de história para as populações indígenas. *Em aberto*, Brasília, ano 14, n. 63, p. 105-115, jul./set. 1994.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)*. Brasília: MEC, 1996.

GRUPIONI, Luís D. B. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy L.; GRUPIONI, Luís D. B. *A temática indígena na sala de aula*: novos subsídios para professores de primeiro e segundo graus. Brasília: MEC/MARI/Global, 1998.

MACEDO, Ana Vera. Decoreba ou raciocínio? Uma experiência no ensino de história. In: SILVA, Aracy Lopes; FERREIRA, Mariana K. L. F. *Práticas pedagógicas na escola indígena*. São Paulo: Global, 2001.

MACEDO, Ana V. L. S.; FARAGE, Nádia. Construção de histórias, ensino de história: algumas propostas. In: SILVA, Aracy Lopes; FERREIRA, Mariana K. L. F. *Práticas pedagógicas na escola indígena*. São Paulo: Global, 2001. p. 185-207.

MINDLIN, Betty. O aprendizado de origens e novidades. *Revista USP – Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 20, jan./abr. 1994.

RIBEIRO, Berta. A Contribuição dos povos indígenas à cultura brasileira. In: SILVA, Aracy L.; GRUPIONI, Luís D. B. *A temática indígena na sala de aula*: novos subsídios para professores de primeiro e segundo graus. Brasília: MEC/MARI/Global, 1995.

SILVA, Rosa H. D. da. Povos indígenas, Estado nacional e relações de autonomia – o que a escola tem com isso? In: GOVERNO DE ESTADO DO MATO GROSSO. Secretaria de Estado da Educação. Conselho de Educação Escolar Indígena do Mato Grosso. *Urucum, jenipapo e giz*: a educação escolar indígena em debate. Cuiabá: Entrelinhas, 1997.

SILVA, Aracy L.; GRUPIONI, Luís D. B. Introdução: educação e diversidade. In: _____. *A temática indígena na sala de aula*: novos subsídios para professores de primeiro e segundo graus. Brasília: MEC/MARI/Global, 1995.

TAUKANE, Darlene Yaminalo. A educação Kurâ-Bakairi no contexto tradicional. In: GOVERNO DE ESTADO DO MATO GROSSO. Secretaria de Estado da Educação. Conselho de Educação Escolar Indígena do Mato Grosso. *Urucum, jenipapo e giz*: a educação escolar indígena em debate. Cuiabá: Entrelinhas, 1997.